



## EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO E CIDADANIA DAS MULHERES INDÍGENAS NA COMUNIDADE BAYAROÁ EM MANAUS – AM.

Artemis de Araújo Soares<sup>1</sup>

Maitê da Silva Figueiredo<sup>2</sup>

Marcia dos Santos da Silva<sup>3</sup>

Michelle Rabelo de Souza<sup>4</sup>

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner<sup>5</sup>

**RESUMO:** Visamos através deste artigo apresentar a educação intercultural e a organização social, bem como a correlação de forças existente na divisão sexual do trabalho nesta comunidade. O referido estudo tem como base a observação, a pesquisa de campo relacionada com as interpretações bibliográficas através da perspectiva qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, tendo como amostras 03 mulheres e 01 homem que compõem as famílias e membros da associação Bayaroá destacando e relacionando a garantia da educação intercultural e a participação das mulheres em movimentos sociais através da luta pela sua inserção no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Educação Intercultural, Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Indígena.

**ABSTRACT:** We aim through this article introduce the intercultural education and social organization, as well as the correlation of forces in the sexual division of work in this community. This study is based on the observation, field research related to bibliographical interpretations through the qualitative perspective without deleting the quantitative aspects, with women and men 01 03 samples

<sup>1</sup> Doutorado em Ciência do Desporto pela Universidade do Porto, Portugal. COORDENAÇÃO DO PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. [artemissoares@yahoo.com.br](mailto:artemissoares@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Assistente Social, Pós-graduada em Políticas Públicas de Atenção à Família. Maitter2009@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA. Licenciada em Pedagogia, especialista em Gestão Educacional com ênfase em administração, Supervisão, Orientação e Inspeção escolar. Bolsista Capes. Marcia\_ds\_ds@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA- UFAM Assistente Social e pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder- GEPOS- Bolsista Capes. luzvida\_1977@hotmail.com

<sup>5</sup> Mestra em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas- PPGSS-UFAM. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade federal do Amazonas. mirellalauschner@yahoo.com.br

comprising families and members of the Association Bayaroá highlighting and linking intercultural education and guarantee the participation of women in social movements through the struggle for their insertion into the labour market.

**Keywords:** Intercultural Education, Sexual Division of labor, Genre, Native.

## 1. INTRODUÇÃO

A luta indígena é antiga e relaciona-se a garantia e efetivação dos direitos sociais, culturais e outros que por anos foi violado. Torres (2005) destaca que as culturas não seguem uma lógica de desagregação, tornam híbridas, inter cruzam-se, assumindo formas mestiças. A autora chama a atenção para o fato de que muitas etnias ao saírem de suas raízes passam a perder seus referenciais. A autora destaca também o fato de que não podemos falar de forma genérica acerca do assunto, mas falar de movimentos duplos e antagônicos que interagem mutuamente num processo simbólico.

Como acentua Torres (2012) o deslocamento das famílias para os grandes centros urbanos são, também, na busca por melhores condições de vida. Inicialmente os membros dessas famílias deslocam-se de forma solitária, posteriormente trazem os demais membros da família. As afirmativas colocadas pela autora nos leva a perceber que na Comunidade de Bayaroá-AM, que está localizada no Km4 da Br-174 próximo à cidade de Manaus e é formada por várias etnias indígenas, o processo de migração que ocorreu de forma acentuada tendo em vista que grande parte dos que residem nesta comunidade, migraram de outros municípios como São Gabriel da Cachoeira, Aldeia Taraquá dentre outros e que o fator predominante para este processo foi a busca por melhores condições de saúde, acesso a educação e outros meios de sobrevivência para suas famílias. Nas comunidades indígenas nos deparamos constantemente com esta situação e as lideranças indígenas lutam de maneira árdua para que as políticas públicas sejam a garantia efetiva e ativa deste processo.

No que tange as políticas públicas a pesquisa nos mostra que a CF 1988 garante de maneira expressiva os direitos sociais, culturais, educacionais

e outros aos cidadãos brasileiros, desta forma percebe-se que é através da educação intercultural, delimitada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que as comunidades indígenas tem garantido seus direitos e podem articular-se de forma fundamentada na luta pelos mesmos. As mulheres desta comunidade visam na educação e na organização social a possibilidade de terem uma vida digna e com seus direitos garantidos.

A luta é constante neste processo, esta comunidade assim como outras sofrem com a falta de estrutura física, social e dos equipamentos sociais que atendam de forma sistemática esta parcela da sociedade que muitas vezes é esquecida e não se percebem como sujeitos atuantes na sociedade. A comunidade de Bayaroá vê em sua associação a possibilidade de ter sua cultura divulgada, assim como adquirir um conhecimento amplo para ser referência neste processo socioeconômico – educativo.

## **2. A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE DE BAYAROÁ: a necessidade de capacitação para o mercado de trabalho, uma questão de direito e cidadania.**

De acordo com Freire (1978) qualquer discussão sobre a educação é de natureza política, e qualquer processo educativo é opressivo ou libertador, o que nos leva a perceber o envolvimento político e social das comunidades indígenas visando direcionar o processo educativo pelo qual as comunidades se organizam, o que enfatiza a natureza essencialmente política que exercida no âmbito educacional.

Nesta perspectiva, falar do caráter político que a educação exerce embasa especificamente o entendimento para a compreensão da luta dos movimentos sociais, das minorias, da qual os indígenas tem “voz forte” sobre os direitos a que a eles, por diversos anos, foram negados e que reforçam a importância no cenário educacional nacional e amazônico ao qual pertencem. De acordo com uma mãe da etnia Desana da comunidade Bayaroá, 53 anos (entrevista/2014) percebemos está preocupação “minha filha precisa terminar a

faculdade, pois é nossa maior ajuda para manter as despesas da nossa casa. Ela é nossa maior esperança de dias melhores!”.

Para Fleuri (2000) a educação intercultural se configura como uma pedagogia do encontro até suas últimas consequências, visando promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro/confronto de narrações diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito uma experiência não superficial e incomum de conflito/acolhimento. A mãe de etnia Desana entrevistada, relata a importância da filha estudar para melhorar a vida da família

Minha filha começou a cursar uma faculdade particular, cursando Turismo e, mesmo trabalhando, não pode continuar a cursar a mesma e sei que minha filha tem direito a cota na Universidade pública, por ser indígena e, que também há um cursinho de graça oferecido pela universidade, para aqueles que tenham interesse em ingressar na academia e não possuem condições financeiras para isso, porém não é divulgado essa informação para as famílias indígenas e eles tem direito a essas informações (Entrevista/2014).

Conforme Libâneo (2013) a ideia de educação intercultural, que se projeta num currículo intercultural, está assentada no princípio pedagógico mais amplo: o acolhimento da diversidade, isto é, o reconhecimento dos outros como sujeitos de sua individualidade, portadores de uma identidade cultural própria. Acolher a diversidade é a primeira referência para a luta pelos direitos humanos. A presença da diversidade humana na sociedade resulta na transversalidade de culturas, no sentido de que toda a cultura é plural. No contexto brasileiro a interculturalidade é fortemente influenciada pela transição democrática dos anos 1980, que marcam o início da visibilidade e do aumento da legitimidade da diversidade cultural no espaço público. É através da criação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e as diferentes leis que objetivam a valorização e a inserção das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar que vem demonstrar a interculturalidade em sociedades que se tornam pluralistas e democráticas (SANTIAGO *ET AL.*, 2013).

Alguns entrevistados evidenciam a presença da proposta da educação intercultural na comunidade, como percebemos na fala da mãe Dessana, 53 anos, entrevistada (2014) “temos dois professores indígenas, que

são moradores da própria comunidade e que sabem bem das dificuldades que nós passamos, quando lutamos pelos nossos direitos, por uma estrutura melhor para nossa comunidade”.

Evidenciar a importância da implementação da educação intercultural como está descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 no sentido de construir um conhecimento que dialogue com a história cultural dos povos indígenas e que gere novos conhecimentos para que os direitos se façam prevalecer na forma de melhorias significativas dos modos de vidas indígenas nesta comunidade tem sido um desafio para estes professores, visto que as diferenças são constantes, a luta e organização social tem sido um desafio para esta comunidade. Percebemos na educação básica, na educação de jovens e adultos, na capacitação para trabalhos manuais e a preparação para o mundo do trabalho formal que a educação intercultural surge para fazer este diálogo entre os etnoconhecimentos, passados de geração em geração sendo de suma importância nos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas.

A educação intercultural surge oriunda das lutas sociais espalhadas por todo o País, onde as vozes das minorias como negros, indígenas, dentre outras, travaram uma luta incessante por seus direitos, como acesso a educação, preservação das línguas maternas, hábitos, costumes, valores, religiões, toda a bagagem cultural pertinente a suas etnias. Num País profundamente multi e pluricultural, as vozes ecoadas desses movimentos necessitavam ser ouvidas. É a partir da Constituição Federal de 1988 que é assegurado às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que se garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngue o que leva a educação de fato começa a ser implementada em todos os estados da nação. Um dos entrevistados relata que,

Os moradores desta comunidade sentiram a necessidade de se organizarem para exigirem melhores condições de vida, bem como a necessidade de confeccionar e expor os artesanatos produzidos pelos moradores já que este é a principal fonte de renda da comunidade. Criamos uma associação de

moradores com seu estatuto, onde escolhemos o presidente e os membros colaboradores da mesma. Ainda na luta por melhores estruturas construímos a pequena sede da associação, com um salão grande, piso de cimento pintado, telhado de palha. Colocamos uma lousa branca pendurada na parede e 20 carteiras e uma mesa maior e cadeira estufada com encosto, para que este espaço também seja utilizado como escola para nossas crianças.

Dentro do contexto da diversidade cultural é necessário, porém, entender o panorama econômico e, por conseguinte, social em que a escola brasileira e a educação intercultural estão inseridas. De acordo com Santiago *et al* (2013) para compensar as “injustiças” sociais, nas escolas, as políticas educacionais atuam em uma perspectiva “compensatória”, cuja lógica específica é a seguinte: alguns estudantes não tem os recursos socioculturais e familiares para aprender, portanto a escola deve compensar essas lacunas para oferecer contribuições específicas. Surge então uma configuração em que a diversidade trazida por alguns alunos é um problema a ser resolvido, um fardo e um peso para a escolar tradicional.

Há algum tempo os povos indígenas do Brasil acreditavam que a educação escolar era um meio exclusivo de aculturação e havia certa desconfiança e repulsa quanto à escolarização, o que tem mudado ao longo dos anos e diante das lutas sociais. Para Luciano (2006) diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender as suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno.

Diante dessas necessidades por um mundo mais globalizado e que impõe a seu modo de vida uma prática mais competitiva e individualista, percebe-se a importância da preservação dos hábitos, costumes, valores e modo de vida comunitário dos indígenas assim, é que a educação intercultural surge com fundamental para a conquista da desejada cidadania, entendida como direito ao acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno. A preparação para o mundo do trabalho e a qualificação para a produção de trabalhos manuais e artesanatos indígenas tem feito parte deste processo dialógico da educação intercultural nas comunidades indígenas.

O movimento indígena brasileiro tem reconhecido que o processo de formulação e de execução da prática educacional no país vem se apresentando de forma cada vez mais respeitosa em relação às culturas e aos interesses dos povos indígenas. No entanto, considera que ainda é preciso avançar, para que de fato tenhamos não somente princípios teóricos e políticos socioculturalmente adequados mas, sobretudo, mecanismos administrativos e financeiros que garantam efetivamente o direito dos povos indígenas de desenvolverem processos político-pedagógicos próprios e com autonomia. Os povos indígenas têm hoje uma nova consciência sobre a sua realidade histórica e estão construindo o seu futuro com dignidade. A consciência das contradições e das complexidades dos problemas e dos desafios enfrentados é acrescentada aos conhecimentos tradicionais, à necessidade de entender a dinâmica da sociedade envolvente, assim como ter o domínio dos novos saberes que ajudem no encaminhamento das variadas situações que surjam (LUCIANO, 2006).

## **2.1. A questão de gênero nas interfaces com o trabalho e poder na Comunidade Bayaroá - am.**

É perceptível que as mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que possuem poder no interior da comunidade em geral não são reconhecidas como representantes desta. Para Tuner (2000) em todas as sociedades, os seres humanos categorizam-se uns com aos outros como masculino ou feminino e, com base nesta distinção, as crenças culturais e normas indicam quais status os homens e as mulheres deveriam ocupar e como eles deveriam desempenhar os papéis associados a esses status. Na visita realizada a comunidade Bayaroá, Manaus – AM nos fez perceber as relações de gênero e poder existente nesta comunidade.

Engels (1977) enfatiza que o trabalho é muito mais do que *“fonte de toda riqueza”* é *“a condição básica e fundamental de toda a vida humana”*, e isso, *“em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”* (p. 63). Para uma das entrevistadas, 45 anos (2014)

“precisamos nos organizar, ajudamos no sustento da casa com a venda do nosso artesanato”.

Conforme Bourdieu (2014) “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”. Também podemos perceber que há uma relação dessa divisão sexual do trabalho com o capital, posto que de acordo com Cisne (2012) a divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista.

Cisne (2012) destaca a necessidade das mulheres superarem o processo de dominação masculina em que estão inseridas ao longo dos anos, contudo nas comunidades indígenas nos deparamos com uma cultura em que está enraizado este processo de dominação, mas na fala das mulheres entrevistadas nos deparamos com a luta das mesmas para que esta realidade seja mudada. Quando questionadas sobre a participação nas lutas sociais e na organização sindical elas relatam que

É muito importante participarmos dos movimentos sociais, estamos inseridas nos movimentos, principalmente o indígena, mas sabemos que ainda temos que preparar nossas mulheres para este processo, muitas ainda não entendem como acontece (Entrevista/2014).

Cisne (2012) salienta que as mulheres precisam estar a frente dos movimentos sociais, sindicais e outros, mas que algumas não se veem ocupando estes, o que leva ao enfraquecimento do movimento. Ainda de acordo com a referida autora percebemos que uma relação em torno da formação das mulheres no que tange as suas profissões, levando-nos a perceber o quanto estas são vistas de forma inferiorizadas, isto é ainda há a discriminação remetendo-as a profissões ditas femininas e as afastando de outras profissões, o que nos faz perceber que esta segregação também ocorre com as mulheres indígenas, mas elas tem se organizado na luta pela mudança desta realidade.

Precisamos ter uma formação, capacitação para melhorar a forma como é feito nossos artesanatos, assim como a noção de entrada e saída, custo e benefício, partilha da renda entre os moradores associados e a necessidade de ter um acompanhamento especializado na área de contabilidade (cálculo para fazer e vender os artesanatos), pois não entendemos muito bem desta área o que sempre nos leva aos conflitos por não entendermos, pensando até em desistir, precisamos também de assistência social (para acompanhar os processos da organização da comunidade). (entrevista/2014)



Ao longo dos anos as mulheres tem conseguido organizar-se para saírem deste processo de submissão a que são submetidas. O movimento feminista luta ativamente para que esta seja superada e que a igualdade de gênero seja possível, de forma a proporcionar a estas mulheres condições dignas. Nas comunidades indígenas ainda percebemos esta luta de forma branda, velada, tendo em vista o choque cultural que ocorre, quando essas mulheres saem de suas comunidades para terem uma educação nas universidades e no retorno para suas raízes vivenciam uma interface de poder, mesmo sem desejarem, diretamente, este processo. Uma das entrevistadas relata:

O que ganho sustenta minha família, mas muitos não têm condições de sustentar sua família com o que ganham. Saí desta comunidade muito nova, fiz faculdade e tenho um bom emprego, mas ainda não atuo em minha área mas entendo que é necessário nos organizarmos e que as mulheres são capazes de assumir espaços de poder em suas comunidades. Aqui (na associação) nosso presidente é um homem, mas ele nos ouve e nós estamos conseguindo nos organizar.

Desta forma destaca-se que a organização das mulheres desta comunidade ainda está caminhando, não estando consolidada, precisando de um direcionamento de ações, encontros, trocas de ideias. Contudo, percebemos na fala dos sujeitos entrevistados que é por meio do acesso a escola, para cursos de alfabetização de jovens e adultos e, até mesmo, acesso a universidade e com a implementação de uma educação intercultural para as crianças que a comunidade terá sua organização e conquistará um espaço ainda mais atuante na sociedade, proporcionando também um futuro norteado pelo saber indígena em diálogo com os saberes da escola tradicional.

### **3.CONCLUSÃO**

Apesar dos esforços para implementar a educação intercultural e a organização social na associação da comunidade Bayaroá ainda existe a necessidade de avanços no que diz respeito a estrutura fornecida para a educação básica, bem como a implantação de um curso de alfabetização de jovens e adultos e a busca efetiva e sistemática para capacitação da produção e venda dos artesanatos que são a principal fonte de renda dos moradores da comunidade.

As mulheres da referida comunidade não estão organizadas em sua totalidade o que tem dificultado o desenvolvimento da organização social das mesmas. A presença de mulheres a frente da associação existente na referida comunidade tem trazido impacto cada vez mais forte na vida das mulheres que passam a se ver com um olhar mais profundo principalmente no que diz respeito ao seu espaço na mesma, contudo elas relatam que existe a necessidade de adquirirem conhecimento a respeito de seus direitos como cidadãs e como artesãs, para assim oportunizar uma vida digna a sua família.

A educação transmite novos conhecimentos e dialoga com a bagagem cultural, presente na diversidade étnica de nosso país, culminando assim, em novos saberes construídos ou resignificados, respeitando a identidade, os hábitos, os valores, ou seja, a cultura de cada indivíduo. Por meio da organização social é que as mulheres indígenas da comunidade de Bayaroá terá um papel mais participativo, crítico e reflexivo no âmbito das discussões da comunidade, nas suas famílias, na produção dos artesanatos e assim poderão escrever a história de suas lutas e terão o reconhecimento do seu papel atuante na sociedade.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. 1930-2002 – A dominação masculina, tradução Maria Helena Kuhner - 1ª ed. – Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- ENGELS, Friedrich. 1977 - Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]. *In*: K. Marx & F. Engels. *Textos 1*. São Paulo: Edições Sociais, p. 61-74.
- FLEURI, Reinaldo Matias. III Seminário de Pesquisa em Educação Região Sul Fórum Sul de Coordenação de Pós-graduação (Mesa Redonda: Educação Intercultural e Formação de Professores/as: Gênero, etnia e Geração). Porto Alegre, 29, 30 de novembro e 01 de dezembro de 200.
- FREIRE, PAULO. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? *Educação e Sociedade*, vol. 1, n. 1, p.64-70. Campinas, 1978.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6ed. rev. e ampl. – São Paulo: Heccus Editora, 2013.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTIAGO, Mylene Cristina. Educação Intercultural: Desafios e possibilidades. Abdeljaliln Akkari, Luciana Pacheco Marques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TORRES, Iraídes Caldas. Tráfico de mulheres na Amazônia. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

\_\_\_\_\_. As novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TURNER, J. H. Sociologia: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.